

MOVIMENTOS ANTI-SISTÊMICOS E MOVIMENTOS DE HUMANIZAÇÃO DO PARTO: APROXIMAÇÕES TEÓRICAS

Ana Maria Bourguignon¹
Felipe Simão Pontes²

Resumo:

Propõe-se discorrer sobre a possibilidade de analisar o movimento de humanização da assistência ao parto a partir do conceito de movimentos anti-sistêmicos desenvolvido por Wallerstein (2006) na obra "Impensar a ciência social: os limites dos paradigmas do século XIX". A intenção é fazer uma revisão desse conceito em cotejamento com os textos de Santos (1997; 2001), Scherer-Warren (2012) e Grosfoguel (2008). Concluimos pela integração preliminar do conceito à caracterização desse movimento, sob a condição de uma ampliação do conceito de economia-mundo capitalista para outras formas de relações de poder como o patriarcalismo, o colonialismo, o etnocentrismo e o sexismo.

Palavras-chave: Movimentos Anti-Sistêmicos. Movimentos Sociais e Participação. Humanização do Parto.

ANTI-SYSTEMIC MOVEMENTS AND HUMANIZATION OF CHILDBIRTH MOVEMENT: THEORETICAL APPROACHES

Abstract:

It is proposed to discuss the possibility of analyzing the humanization of childbirth movement from the concept of anti-systemic movements developed by Wallerstein (2006) in the book "Unthinking social science: limits of nineteenth-century paradigms". Our intention is to revise this concept in comparison with texts of Santos (1997, 2001), Scherer-Warren (2012) and Grosfoguel (2008). We conclude there can be a preliminary integration of the concept into the characterization of this movement, under the condition of an extension of the concept of capitalist world-economy to other forms of power relations such as patriarchalism, colonialism, ethnocentrism and sexism.

Keywords: Anti-Systemic Movements. Social Movements and Participation. Humanization of Childbirth.

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, PR, Brasil E-mail: anamariabourg@gmail.com

² Doutor em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina. Pós-doutor em Jornalismo pela Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, PR. Professor do Mestrado e do Departamento de Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, PR, Brasil E-mail: felipe271184@yahoo.com.br



MOVIMENTOS ANTI-SISTÉMICOS Y MOVIMIENTOS DE HUMANIZACIÓN DEL PARTO: APROXIMACIONES TEÓRICAS

Resumen:

Se propone discutir sobre la posibilidad de analizar el movimiento de humanización de la asistencia al parto a partir del concepto de movimientos anti-sistémicos desarrollado por Wallerstein (2006) en la obra "Impensar la ciencia social: los límites de los paradigmas del siglo XIX". La intención es hacer una revisión de ese concepto, cotejando los textos de Santos (1997; 2001), Scherer-Warren (2012) y Grosfoguel (2008). Concluimos por la integración preliminar del concepto a la caracterización de ese movimiento, bajo la condición de una ampliación del concepto de economía-mundo capitalista hacia otras formas de relaciones de poder como el patriarcalismo, el colonialismo, el etnocentrismo y el sexismo.

Palabras clave: Movimientos Anti-Sistémicos. Movimientos Sociales y Participación. Humanización del Parto.

1 INTRODUÇÃO

O conceito de movimento anti-sistêmico de Immanuel Wallerstein (2006), trabalhado no cenário de crise da economia-mundo capitalista, pode ser um dispositivo para refletir sobre o movimento de humanização do parto e nascimento no Brasil. Com este interesse, pretendemos discorrer sobre o que significa movimento anti-sistêmico, para em seguida articular essa concepção às ações em torno da defesa da humanização do parto e nascimento.

Conforme Bourguignon e Grisotti (2016), há quatro eixos para a emergência do movimento de humanização: a) a ação de profissionais internacionais e nacionais para mudança do modelo obstétrico vigente; b) o movimento feminista de luta nacional e internacional pelos direitos reprodutivos; c) realização de eventos supranacionais organizados pela OMS que objetivaram melhorar as condições de saúde materna e perinatal; d) e as políticas nacionais de saúde materno-infantil. Esses fatores corroboram para a pauta e o fortalecimento dos movimentos pelo parto e nascimento e sua entrada na agenda das políticas públicas de saúde. O movimento iniciado nos anos 1980, com base nas lutas feministas (DINIZ; CHACHAM, 2002) e na crítica a iatrogenia do parto (ILLICH, 1975), adentra as políticas internacionais que se desenvolvem ainda na década de 1980 e se consolidam nos anos 1990, bem como recebem a devida articulação com a fundação da Rede pela Humanização do Parto e Nascimento, entidade responsável por nominar o movimento.

As reflexões deste *paper* surgem a partir da indagação se é possível pensar o movimento de humanização do parto e nascimento como um movimento anti-

sistêmico, conforme perspectiva de Wallerstein. É com esta preocupação que lemos o texto “Impensar a ciência social” de Wallerstein (2006), especialmente no trecho que se refere ao horizonte de crise no sistema-mundo histórico, em que o autor situa os movimentos anti-sistêmicos. Essa leitura é realizada em cotejamento com os textos de Boaventura de Souza Santos (1997; 2001), Ilse Scherer-Warren (2012) e Ramón Grosfoguel (2008).

2 MOVIMENTO DE HUMANIZAÇÃO DO PARTO COMO MOVIMENTO ANTI-SISTÊMICO?

“[...] tudo aquilo que é histórico é sistêmico e tudo aquilo que é sistêmico é histórico”.
Immanuel Wallerstein (2006)

O movimento de humanização do parto pode ser entendido como um movimento anti-sistêmico? A questão é desafiadora e nos leva a refletir sobre o conceito de movimento anti-sistêmico elaborado por Wallerstein (2006) e sua possível aplicabilidade na análise do movimento de humanização do parto e nascimento no Brasil. O primeiro passo é entendermos o que o autor propõe com a expressão sistema histórico para, então, delimitarmos o significado de crise e como os movimentos anti-sistêmicos operam nesse contexto.

Wallerstein (2006, p. 265) parte de uma visão crítica acerca da dicotomia entre as formas idiográfica e nomotética de saber acadêmico sobre a vida social. O sociólogo estadunidense argumenta que um fenômeno social complexo só pode ser captado ao contextualizá-lo historicamente, ao mesmo tempo, observando-se as regras e estruturas que o compõem, isto é, identificando-o como parte do sistema que o abrange.

Todos os fenômenos complexos têm suas regras, restrições, tendências ou vetores, isto é, suas estruturas. Toda estrutura real (em oposição às imaginadas) tem suas particularidades, decorrentes de sua gênese, de sua história e de seu ambiente, tendo, portanto, uma história que é central a seu modo de funcionamento. Quanto mais complexa a estrutura, tanto mais crucial sua história (WALLERSTEIN, 2006, p. 265).

Este raciocínio leva ao entendimento de que tudo o que é sistêmico é histórico, e vice-versa. O estudo das estruturas que compõem um fenômeno social conduz a um saber sistêmico e, por conseguinte, nomotético. Ao passo que a contextualização como evento histórico, caracteriza um saber idiográfico. Unir estas duas possibilidades de conhecimento é a proposta do autor, superando, inclusive, a

divisão disciplinar entre história e ciências sociais. Na sua visão, “[...] não há um historiador nem um cientista social, mas somente um cientista social histórico que analisa as leis gerais de sistemas particulares e as sequências particulares por que esses sistemas passaram” (WALLERSTEIN, 2006, p. 281). É válido mencionar que a expressão “sistema histórico” é utilizada por Wallerstein (2006, p. 283) em substituição ao termo “sociedade”, com a finalidade de superar a conotação de sociedade oposta ao Estado, também, de salientar a unidade da ciência social histórica, concebida como sistêmica e histórica ao mesmo tempo.

Com base nisso, o sociólogo entende o mundo social como uma sucessão de sistemas históricos, os quais têm três características: autonomia (processos existentes no interior do sistema), fronteiras temporais (começo, meio e fim); fronteiras espaciais que podem variar. De modo que a categoria tempo-espço é chave para a compreensão da proposta teórica do autor. Wallerstein (2006, p. 266) considera que “[...] um sistema histórico tem de representar uma rede integrada de processos econômicos, políticos e culturais, cuja soma mantém íntegro o sistema. Isso presume que, se os parâmetros de algum processo particular mudarem, os outros processos têm de alguma maneira de ajustar-se”.

A citação abre espaço para distinguir crises e ciclos no sistema-mundo histórico. Segundo Wallerstein (2006, p. 270), a repetição é o que caracteriza um ciclo, enquanto a crise representa uma ruptura, um período de transição que anuncia o fim de um sistema histórico. Essa distinção conduz o autor a uma advertência metodológica: é mais difícil descobrir o que não mudou; aconselhando o pesquisador a descrever exaustivamente o cíclico, pois é esta análise que permitirá fazer previsões sobre os desfechos de um sistema histórico em crise. Em suas palavras: “As mudanças não são aleatórias, mas em princípio previsíveis nos termos das regras do funcionamento do sistema – ou ele não seria um sistema” (WALLERSTEIN, 2006, p. 270).

Se Wallerstein pensa a sociedade como sistema histórico em que as mudanças são previsíveis, qual o grau de autonomia do sujeito nessa perspectiva? O sociólogo estadunidense explica que, em períodos de crise, “[...] a gama de escolha dos atores sociais, o grau de prevalência do livre arbítrio sobre a necessidade se expande”. Isso porque considera, assim como Émile Durkheim

(1983, p. 62)³, que não há livre-arbítrio genuíno no interior de um sistema histórico em funcionamento, as estruturas restringem as escolhas e até as criam (WALLERSTEIN, 2006, p. 272). Nessa esteira, considerando que os indivíduos são determinados pela estrutura do sistema, como qualificar um movimento como anti-sistêmico?

Os movimentos anti-sistêmicos são eles mesmos produtos institucionais da economia-mundo capitalista, formados no cadinho das contradições destas, permeados por seus pressupostos metafísicos, sujeitos às restrições do funcionamento de suas outras instituições. Os movimentos anti-sistêmicos não são anjos vingadores enviados por Jeová que vivem a pairar; são antes produtos mundanos do mundo real (WALLERSTEIN, 2006, p. 38)

Como pressuposto do autor, não podemos deixar de mencionar que os movimentos anti-sistêmicos operam no interior da economia-mundo capitalista⁴, de modo que o aspecto econômico é privilegiado na teoria de Wallerstein, em detrimento de outros fatores/ sistemas. Os movimentos anti-sistêmicos, na caracterização dele, são “[...] organizações, por vezes com burocracias, que planejavam a política de transformação social. Seu horizonte temporal de atuação ultrapassa o curto prazo” (WALLERSTEIN, 2006, p. 30). Deste conceito, destacamos os elementos; organização, oposição ao sistema (economia-mundo capitalista), projeto de transformação social e ações visando o médio ou longo prazo.

Tal definição de movimento anti-sistêmico coaduna-se com algumas caracterizações dos movimentos sociais. Com base em Touraine e Melucci, Ilse Scheren-Warren (2012) descreve os movimentos sociais a partir de três componentes: identidade dos atores sociais; oposição ou localização de adversários e um projeto político ou utopia. Portanto, esses elementos convergem com os três elementos de Wallerstein, ao menos formalmente. Todavia, cabe discorrer sobre o elemento de oposição ao sistema, visto que muitos dos movimentos sociais que

³ Em “Lições de Sociologia”, Durkheim (1983, p. 62), critica a proposição kantiana de que a pessoa humana deve ser autônoma, para ele “Autonomia absoluta, contudo, é impossível. A pessoa faz parte do meio físico e social, dele é solidária, e não pode ser senão relativamente autônoma”. É válido ainda salientar que, na perspectiva de Durkheim, a ideia de controle da história também está presente, tal como a intenção de Wallerstein em prever os possíveis desfechos da crise da economia-mundo capitalista.

⁴ Wallerstein sustenta que, por volta de 1500, as economias-mundo sobrepujam os impérios-mundo, de molde a possibilitar o pleno desenvolvimento do modo capitalista de produção. Pressupõe, portanto, “[...] que a economia-mundo capitalista tem existido como sistema-mundo histórico desde o “longo” século XVI [...], considerando a Revolução Francesa e o seu prosseguimento napoleônico o evento responsável por operar a transformação ideológica da economia-mundo capitalista como sistema-mundo (WALLERSTEIN, 2006, p. 17 e 21).

surgem na segunda metade do século XX não lutam contra ou somente contra a economia-mundo capitalista.

Boaventura de Sousa Santos (1995, p. 256-261; 2001, p. 177-184) explica que os Novos Movimentos Sociais (NMS) caracterizam-se por sua multidimensionalidade, pois questionam não apenas a estrutura capitalista que engendra a divisão social do trabalho, mas também a forma com que se vive e descansa. O autor português entende que a contestação da dominação na esfera da produção (movimentos operários) torna, social e culturalmente, possível o reconhecimento da dominação na esfera da reprodução social. As reivindicações que emergem com os NMS, nessa perspectiva, transcendem o questionamento do sistema econômico, para abranger outras formas de dominação, tais como: cultural, sexual, religiosa, étnica, etc.

Scherer-Warren (2012), no mesmo sentido, demonstra que os movimentos sociais que emergem a partir da década de 1970 ampliam a plataforma de reivindicações para além das demandas materiais, calcadas nas relações trabalhistas. A socióloga defende que os movimentos sociais contemporâneos buscam a integralidade de direitos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais e das minorias, ambientais e de patrimônio. A “transversalidade dos direitos humanos” reivindicados pelos movimentos sociais, conforme discutido pela autora, faz com que um movimento social, por exemplo, o MST que luta pela reforma agrária, posicione-se também em relação a outras pautas: contra o racismo e a exclusão por gênero, a favor do uso sustentável do meio-ambiente, contra a privatização de setores do Estado, etc.

Scherer-Warren (2012) e Santos (1995; 2001) defendem que os movimentos sociais contemporâneos distinguem-se dos tradicionais em relação ao projeto ou transformação social que buscavam. É a vida cotidiana que está na pauta desses novos movimentos sociais, a preocupação com a atualidade e imediaticidade das mudanças, evidenciando projetos não mais para uma sociedade do futuro, mas para transformar o cotidiano e o “aqui e agora”, com exceção do movimento ecológico, segundo Santos (2001, p. 179). Assim, os movimentos sociais contemporâneos não se mobilizariam por responsabilidades intergeracionais, o que nos leva a concluir, juntamente com Santos (2001, p. 180), que o processo de emancipação torna-se descontínuo, sendo difícil uma acumulação das lutas e, por conseguinte, de transformação do sistema-mundo.

Em suma, vemos que os elementos que identificam um movimento social, como: (a) identidade coletiva, (b) reconhecimento de um adversário, (c) projeto, estão contempladas tanto nas teorias de Wallerstein quanto de Santos e Scherer-Warren. Todavia, dois quesitos os distinguem. Primeiro, em função de que Wallerstein (2006) pensa sua teoria a partir da divisão social do trabalho, o autor estadunidense enfatiza a opressão do sistema econômico, em prejuízo de outras formas de dominação, o que restringiria a concepção de movimentos anti-sistêmicos àqueles centrados na luta contra a economia-mundo capitalista. Isto em oposição a Santos e Scherer-Warren, os quais salientam o caráter multifacetado das lutas dos movimentos sociais contemporâneos. Em segundo lugar, o conceito de movimento anti-sistêmico de Wallerstein contém a ideia de que as ações são projetadas para médio e longo prazo, o que nos induz a entender que haveria uma acumulação dessas lutas em face do sistema. Ao passo que Santos e Scherer-Warren concebem os movimentos sociais contemporâneos pelo caráter da imediaticidade das suas ações, não havendo preocupação intergeracional por parte desses movimentos.

Essa tensão coloca novamente a questão do grau de influência e de possibilidade de um movimento social alterar a estrutura do sistema-mundo, entendido aqui, em sua complexidade (cultural, social, econômica, política). Na visão de Wallerstein (2006, p. 45-46), é equivocada a estratégia adotada por quase todos os movimentos anti-sistêmicos ditos materialistas de organizar-se com o objetivo de obter o controle dos maquinários do Estado. Isso porque, segundo o autor, o Estado não é o único *locus* do poder político.

[...] os elementos do real poder político se acham distribuídos por muitos *loci*. Os maquinários do Estado são um importante *locus*, mas estão longe de ser o único. [...] O poder reside no controle das instituições econômicas. O poder reside no controle das estruturas de veto que são capazes de provocar disrupções. O poder reside no controle das instituições culturais. O poder reside nos próprios movimentos. [...] O que está no programa a ser realizado pelos movimentos é a meu ver o desenvolvimento de uma estratégia de manobras que relegue a aquisição do poder dos maquinários do Estado ao nível de uma tática, de uma posição para a qual se vai e da qual se pode sair, visto ser no processo de *movimento*, da mobilização, que está o poder realmente construtivo dos movimentos. É na aceleração da decadência do sistema vigente, e não em sua transformação controlada, para usar a distinção de Amin, que se acham as perspectivas de criação de um sistema-mundo-histórico verdadeiramente socialista (WALLERSTEIN, 2006, p. 47-48).

Ao identificar que os movimentos anti-sistêmicos teriam o papel de catalisadores da decadência do sistema a partir da redefinição de estratégias com vistas à obtenção de poder político, não apenas dos maquinários do Estado, mas

também das instituições econômicas e culturais da economia-mundo capitalista, Wallerstein abre a possibilidade para pensar as lutas de resistência.

A proposta deste trabalho insere-se nesta problematização: pensar as mulheres como sujeitos de direito que têm em sua formação diferentes situações de sujeição, mas que, por vários modos, podem buscar alternativas para a constituição de uma autonomia no planejamento e modos de vivenciar a sua gestação, parto e maternidade. Essa ação não é isolada, pois encontra ressonância em movimentos sociais organizados ou não e em discursos de conflito dentro das instituições de saber sobre a saúde (medicina, enfermagem e psicologia) e de poder (como os gestores públicos).

Emily Martin (2006, p. 220-221) compara o movimento ativista pelo parto com os movimentos operários, principalmente no que tange ao poder disciplinar exercido sobre operários em uma fábrica e à disciplina imposta a mulheres em trabalho de parto em ambiente hospitalar. A autora traz, por exemplo, depoimentos de mulheres que omitiram de seus médicos a informação de que o primeiro parto foi cesariana, para que tivessem a chance de tentar parir naturalmente; mulheres que resistiram a ir para o hospital no início do trabalho de parto para não submeterem-se a controle de horários e constantes intervenções. Além disso, a antropóloga indica que, assim como o movimento operário, os grupos dedicados a resistir ao modo como o parto hospitalar é conduzido são vários e bastante organizados nos Estados Unidos.

Diante dessa discussão, podemos identificar, preliminarmente, os elementos que compõe o movimento de humanização do parto: a) identidade coletiva, formada de maneira difusa por mulheres, profissionais de saúde, estudiosos e simpatizantes que acreditam no papel ativo da mulher em relação às escolhas pertinentes à sua concepção, gestação e parto; b) oposição ao modelo tecnocrático de parto, centrado na figura do médico como o detentor do saber e de seu poder de intervir no corpo da mulher sem o consentimento dela; c) projeto de transformação social com atuação em mecanismos de participação estatal e com ações que visam denunciar o modelo tecnocrático e informar as mulheres sobre as possibilidades de resistência a esse modelo, por meio de uma larga literatura ativista, pesquisas acadêmicas, filmes; d) organização em redes de movimentos, com caráter transnacional; e) planejamento de ações em média e longa duração, evidenciando uma responsabilidade intergeracional.

Para ilustrar, trazemos o artigo de Daphne Rattner et. al. (2010) sobre o histórico da Rede pela Humanização do Parto e Nascimento (Rehuna). Esta entidade foi criada em Campinas, São Paulo, em outubro de 1993, com o objetivo de propor mudanças no paradigma de assistência ao parto. “A ReHuNa que apoia, promove e reivindica a prática do atendimento humanizado ao parto e nascimento em todas as suas etapas, a partir do protagonismo da mulher, da unidade mãe/bebe e da medicina baseada em evidências científicas”, norteia-se pelo manual editado em 1996 pela Organização Mundial da Saúde “Assistência ao Parto Normal: um guia prático” (RATTNER et. al., 2010, p. 217).

Os autores indicam que as ações da Rehuna variam desde a implementação de políticas públicas, proposição de projetos de lei, difusão de informações sobre como deveria ser a assistência ao parto e nascimento, realização de filmes, atividades de ensino com promoção de capacitações de obstetrícia humanizada, desenvolvimento de pesquisas, publicações, realizações de fóruns e seminários, participações em eventos internacionais a favor do parto normal. No artigo citado, estão enumeradas as várias frentes de atuação do ReHuNa, que não se restringe a colocar suas demandas perante o Estado. Verifica-se, pois, que as estratégias da entidade também abarcam a cultura, o ensino e a pesquisa. Ainda é interessante mencionar a organização em redes.

Há parcerias ainda com outras organizações, como o Instituto Aurora, Abenfo, Ishtar, Amigas do Parto, Amigas do Peito, Ibfan, Fundação Oswaldo Cruz, Agência Nacional de Saúde Suplementar- ANS, Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde - CONASEMS, Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Saúde – CONASS, Associação Nacional de Doulas – ANDO, Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UERJ, Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Universidade de Brasília – UnB, a Rede Parto do Princípio, o GAMA, Doularte, Espaço Ventre Livre, Mães da Pátrias, além de outros parceiros internacionais, dentre eles a Relacahupan, o Centro Latino-Americano de Perinatologia – CLAP, a International MotherBaby Childbirth Organization – IMBCO e a Coalition for the Improvement of Maternity Services – CIMS (RATTNER et. al., 2010, p. 227).

A categoria rede de movimento social, de acordo com Scherer-Warren (2012, p. 25), corresponde ao nível mais complexo e politizado da sociedade civil organizada, pois se compõe a partir da articulação dos vários níveis organizacionais da sociedade civil, atores, entidades, mobilizações. O formato em rede permite que diversos movimentos isolados conectem-se em torno de um ideário comum, posicionando-se diante de uma situação de conflito de maneira mais sólida e resistente. Enfim, nas palavras da autora, “[...] o movimento social, definido

enquanto uma rede de caráter político, pressupõe a construção de uma identidade coletiva ou identificação grupal, a definição dos conflitos, de adversários ou opositores e um projeto ou utopia de mudanças [...]” (SCHERER-WARREN, 2012, p. 25).

Portanto, notamos que o movimento de humanização do parto e nascimento, organizado em redes, tem caráter anti-sistêmico, no sentido de questionar o paradigma tecnocrático de atenção ao parto. Paradigma este composto por uma complexa relação entre aspectos científicos, políticos, culturais, sociais e econômicos. Enquanto mulheres e mães, podemos resistir a esse modelo optando, por exemplo, pelo parto domiciliar. Na posição de pesquisadores em sociologia política, a opção pelas escolhas teóricas e metodológicas demonstra o grau de comprometimento com a construção de um paradigma de ciência que não reduza a mulher e o ato de parir a uma visão mecanicista.

Ramón Grosfoguel (2008, p. 118) corrobora com esta preocupação ao denunciar a colonialidade do saber. Ele faz a crítica aos “paradigmas eurocêntricos hegemônicos que ao longo dos últimos quinhentos anos inspiraram a filosofia e as ciências ocidentais do “sistema-mundo patriarcal/capitalista/colonial/moderno””. O estudioso porto-riquenho questiona Wallerstein e as análises centradas no capitalismo em detrimento de outras relações de poder. A colonialidade do poder é definida como um enredamento, uma interseccionalidade de múltiplas e heterogêneas hierarquias globais, de formas de dominação e exploração sexual, política, epistêmica, econômica, linguística e racial, que opõem o europeu ao não-europeu (GROSFOGUEL, 2008, p. 123). Nas palavras de Grosfoguel (2008, p. 125):

A descolonização e a libertação anticapitalista não podem ser reduzidas a uma única dimensão da vida social. É necessária uma transformação mais ampla das hierarquias sexuais, de gênero, espirituais, epistêmicas, econômicas, políticas, linguísticas e raciais do sistema-mundo colonial/moderno. A perspectiva da “colonialidade do poder” desafia-nos a refletir sobre as mudanças e transformações sociais de uma forma que não seja redutora.

Para complementar tal perspectiva, indicando possíveis desdobramentos dessa análise, importa construir categorias analíticas que abram espaço para a subjetividade de mulheres e homens na sociedade. Isto implica, em nossa interpretação, superar a visão sistêmica de Wallerstein, haja vista as evidências de que há mulheres resistindo a modelos de parto que as objetivam. Bem como, abre-

se caminho para o potencial dos movimentos sociais, em específico, de humanização da assistência ao parto.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Voltamos a pergunta inicial: o movimento de humanização do parto pode ser considerado um movimento anti-sistêmico, conforme Wallerstein? Em uma análise preliminar, consideramos que sim. Pois, a humanização do parto é um movimento organizado, transnacional, com um projeto de transformação do paradigma dominante de atenção ao parto, com ações de médio e longo alcance, presente, ainda, a responsabilidade intergeracional, que se constata em um dos lemas do movimento: “Para mudar o mundo é preciso mudar a forma de nascer”, frase do médico obstetra francês Michel Odent utilizada por vários segmentos do movimento de humanização do parto e nascimento.

Contudo, em nossa interpretação, o movimento de humanização do parto não se restringe a questionar a economia-mundo capitalista como proposto por Wallerstein. O movimento questiona o paradigma de ciência, de cultura, o patriarcalismo, imposições étnicas, políticas e também de âmbito econômico. Movimentos como os realizados por mulheres estabelecem uma cartilha de reivindicações que atravessa questões de corpo, razão, natureza, renda, autonomia e, assim, de constituição de subjetividade. Nesse aspecto, a proposta de Wallerstein não caracteriza a ação do indivíduo como deslocada do sistema-mundo. Para ele, como na visão sistêmica como um todo, não se considera a esfera de ação dos indivíduos como possibilidade de transcender a totalidade do sistema. Indicamos, para uma possível discussão futura, que a totalidade transcende o indivíduo, mas o indivíduo também pode transcender a totalidade.

Nesse item, o desenho do principal enfrentamento desse projeto toma corpo. Como, ao identificar o modelo de subjetividade proposto para as mulheres nas políticas públicas, será possível coadunar administração pública e espaço para subjetividade? Até que ponto a política empodera a mulher? Ou a minoria? Como vem sendo pensado o processo que antevê uma humanização do cuidado na saúde que ocorre ainda em estruturas de gestão antagônicas a isso? Questões que deverão ajuntar-se a esse esforço em futuras reflexões.

REFERÊNCIAS

BOURGUIGNON, A. M.; GRISOTTI, M. A emergência do discurso de humanização do parto e nascimento nas teses e dissertações brasileiras (1987-2012). **Publ. UEPG Ci. Soc. Apl.**, Ponta Grossa, 24 (3): 345-356, set./dez. 2016. Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/sociais/article/view/8951/5552> Acesso em 20 set. 2017.

DINIZ, S. G; CHACHAM, A. **Humanização do Parto**: Dossiê. São Paulo: Rede Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos, 2002.

DURKHEIM, Emile. **Lições de sociologia**: a moral, o direito e o estado. 2. ed São Paulo: Martins Fontes, 1983

GROSGOUEL, R. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 80, Março 2008: 115-147. Disponível em: <http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2763903>. Acesso em 20 abril 2012.

ILLICH, I. **A expropriação da saúde**: nêmesis da medicina. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975.

MARTIN, E. **A Mulher no Corpo: uma análise cultural da reprodução**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006, p. 219-256.

RATTNER, D.; SANTOS, M. L.; LESSA, H.; DINIZ, S. G. **ReHuNa – A Rede pela Humanização do Parto e Nascimento**. Revista Tempus - Actas de Saúde Coletiva. Vol. 4, nº. 4, 2010. Brasília: UNB, Departamento de Saúde Coletiva, p. 215-228.

SANTOS, B. S. [1987] **Um discurso sobre as ciências**. 9. ed. Porto: Edições Afrontamento, 1997.

SANTOS, B. S.. Los nuevos movimientos sociales. OSAL, Septiembre, 2001, p. 177-184. Disponível em: www.boaventuradesousasantos.pt/pages/en/articles.php Acesso em 4 mai. 2011.

SCHERER-WARREN, I. **Redes emancipatórias**: nas lutas contra a exclusão e por direitos humanos. Curitiba: Editora Appris, 2012.

WALLERSTEIN, I. **Impensar a ciência social**: os limites dos paradigmas do séc. XIX. Aparecida, SP: Idéias & Letras, 2006.

